

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO- **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)  
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas  
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | consepe@uft.edu.br



**RESOLUÇÃO N.º 31 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015**

Dispõe sobre normas para remoção dos servidores docentes permanentes da Universidade Federal do Tocantins e dá outras providências.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 10 de dezembro de 2015, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar as normas para remoção dos servidores docentes permanentes da Universidade Federal do Tocantins e dá outras providências, conforme anexo único a esta Resolução.

**Art. 2º** Fica revogada a Resolução Consepe nº 10/2007.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SILVEIRA  
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

## **NORMAS PARA REMOÇÃO DE DOCENTES PERMANENTES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.**

Anexo único da Resolução nº 31/2015 – Consepe  
Aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 10 de dezembro de 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 31/2015 – CONSEPE

## **NORMAS PARA REMOÇÃO DE DOCENTES PERMANENTES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Resolução têm por objetivo regulamentar a remoção de docentes permanentes no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

### **DA REMOÇÃO**

**Art. 2º** Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, com ou sem mudança de sede.

**Art. 3º** A Remoção do servidor dar-se-á:

- I - de ofício, no interesse da Administração;
- II - a pedido, a critério da Administração;
- III - nos termos do art. 36º, parágrafo único, inciso III, das Leis nº 8.112/90 e 9.527/97.

**Art. 4º** A remoção de ofício é o deslocamento de servidor no âmbito da UFT, no interesse da administração, e dar-se-á em casos de:

- I - criação e ou extinção de unidades e/ou cursos;
- II – nomeação e ou designação para ocupar função de direção e/ou cargo em comissão.

§ 1º No caso de extinção de unidade e/ou curso, não havendo remoção imediata do servidor, este terá exercício temporário em unidade definida pela Reitoria.

§ 2º A remoção de ofício, para o inciso I deste artigo, observará:

- I – interesse da UFT, devidamente fundamentado;
- II – anuência dos Diretores dos câmpus envolvidos;
- III – inexistência de contrapartida de vaga.

§ 3º Para a hipótese do inciso II deste artigo, além da inexistência de contrapartida de vaga, a remoção somente perdurará enquanto durar o exercício do cargo de direção ou função gratificada. Encerrado o exercício, o servidor será removido à unidade de origem.

§ 4º O rol de possibilidades para remoção de ofício descrito no presente artigo é taxativo.

**Art. 5º** Para o caso do inciso II do art. 3º, quando a remoção implicar mudança de sede, o docente da UFT deverá apresentar o seu pedido ao Colegiado ao qual está vinculado, e obedecer aos seguintes procedimentos:

I - o pedido de remoção deve indicar o Colegiado de destino e ser encaminhado ao Conselho Diretor do câmpus onde o servidor está lotado, juntamente com a aprovação do requerimento pelo Colegiado ao qual pertence, registrado em Ata própria;

II - o requerimento será então encaminhado ao Diretor do Câmpus para o qual o docente está postulando a remoção, a fim de verificar o interesse do Colegiado receptor;

III - havendo vaga e interesse do Colegiado receptor, este deverá emitir declaração de concordância com a remoção para o Colegiado de origem do servidor, conforme regime de trabalho do mesmo;

IV - por fim, o Diretor do Câmpus que receberá o docente enviará o processo à Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas para a efetivação da remoção.

**Parágrafo único.** Não havendo aprovação pelo Colegiado cedente do pedido de remoção, o servidor poderá recorrer às instâncias imediatamente superiores.

**Art. 6º** Na hipótese da remoção não importar mudança de sede, utilizam-se as disposições do artigo antecedente, no que forem aplicáveis.

**Art. 7º** Caso o pedido de Remoção tiver como fundamento o inc. III do Art. 3 da resolução, será deferido pelo Reitor, exclusivamente nas hipóteses abaixo:

I - para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;

II - por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

**Art. 8º** Não será beneficiado com a remoção, o servidor que estiver respondendo processo administrativo disciplinar na qualidade de acusado. Sua remoção somente poderá ocorrer após a conclusão do processo.

**Parágrafo único.** O servidor que se encontrar em cumprimento de processo administrativo somente poderá ter o seu pedido deferido após o cumprimento da penalidade.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 9º** Os casos omissos serão resolvidos pelo CONSUNI.

**Art. 10.** Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.